

A. I. N° - 936234709-06
AUTUADO - PATRÍCIA TRISTÃO VIANA
AUTUANTE - ALBA MAGALHÃES DAVID
ORIGEM - IFMT-DAT/SUL
INTERNET - 10.10.2006

1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0297-01/06

EMENTA: ICMS. LEVANTAMENTO QUANTITATIVO DE ESTOQUE. MERCADORIAS EM ESTOQUE SEM DOCUMENTAÇÃO FISCAL. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. A legislação atribui a responsabilidade pelo imposto ao detentor de mercadorias em situação irregular. Fato parcialmente comprovado. Refeitos os cálculos, em face dos elementos aduzidos pela defesa. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, lavrado em 25/05/2006, exige ICMS no valor de R\$690,95, acrescido da multa de 100%, relativo a mercadorias (guloseimas industrializadas e biscoitos), que se encontravam estocadas no estabelecimento, desacompanhadas da documentação fiscal própria, conforme Termo de Fiscalização anexado à fl. 02.

O autuado apresentou defesa à fl. 13, requerendo a revisão do Auto de Infração, com a redução do valor exigido, em referência aos produtos bala almas gêmeas, bala Frigel, pirulito pop mania e pirulito cherry, correspondentes às Notas Fiscais 011.220, 085.931, 478.315 e 468.026, cujas cópias reprográficas estão anexadas às fls. 21 a 25.

Auditor Fiscal designado prestou informação fiscal às fls. 29/30, tecendo esclarecimentos a respeito da ação fiscal que resultou na lavratura do Auto de Infração. Argumentou, em seguida, que as Notas Fiscais 85931 e 478315 já haviam sido consideradas quando do levantamento das mercadorias que se encontravam no estabelecimento do autuado, conforme demonstrado na coluna G da planilha Demonstrativo de Estoque de Mercadorias no Estabelecimento Desacompanhadas de Documentação Fiscal (fl. 03).

Explicou que a Nota Fiscal 011.220 não foi incluída na referida planilha porque fora emitida em 06/01/2006, e que devido à data de fabricação das mercadorias objeto da ação fiscal, as mesmas não poderiam corresponder a esse documento, já que a citada nota fiscal se referia a uma venda de mercadorias adquiridas de terceiros, o que significa dizer que, necessariamente, antes houvera uma outra operação originada no estabelecimento industrial, não havendo tempo suficiente para a ocorrência das duas operações.

Concordou com o pedido do autuado referente à exclusão do pirulito pop mania do cálculo, considerando as 50 caixas dessa mercadoria constantes da Nota Fiscal 478.315, que não haviam sido apreciadas pela autuante, o que significou uma dedução de R\$1.030,51, bem como em relação às 05 caixas de balas almas gêmeas, constantes da Nota Fiscal 468.026, o que propiciou uma redução de R\$232,25, resultando num débito remanescente de R\$476,28.

VOTO

Pela análise dos autos, verifico que o lançamento em discussão diz respeito à apuração da Denúncia n° 00010750, quando foi realizada a contagem física dos estoques do sujeito passivo, tendo sido encontradas mercadorias (doces e bicoitos), desacompanhadas de documentos fiscais.

O sujeito passivo apresentou defesa, pleiteando a redução do valor do débito, tendo em vista a apresentação de quatro notas fiscais de aquisição.

Vejo que o Auditor Fiscal que prestou informação fiscal, acatou em parte os documentos acostados pela defesa, tendo reduzido o montante do débito para R\$ 476,28. Concorde parcialmente com as suas argumentações e com os resultados dos cálculos, tendo em vista os seguintes pontos:

- 1 - A Nota Fiscal 085.931 já havia sido considerada pela autuante;
- 2 - Divirjo, entretanto, quanto ao posicionamento referente à Nota Fiscal 011.220, haja vista que não tendo sido especificada qual a data precisa de fabricação dos produtos, não existe base para se afirmar que esse documento fiscal não se refere às mercadorias objeto da ação fiscal. Deste modo, excluo do levantamento a quantidade de 240 pacotes de pirulito cherry pop, que correspondem a 12 caixas de 20 unidades, o que representa uma redução de R\$ 900,00 na base de cálculo (12 X R\$ 75,00), que resulta numa dedução do ICMS de R\$ 153,00;
- 3 – Em relação à Nota Fiscal 478.315, o único produto que não houvera sido considerado durante a ação fiscal (pirulito pop mania), foi excluído do cálculo na revisão realizada;
- 4 – Já os produtos arrolados na autuação que correspondiam à Nota Fiscal 468.026 (05 caixas de balas almas gêmeas) foram excluídos, para efeito de apuração do débito.

Diante do exposto, voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração, no valor de R\$ 323,28.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **936234709-06**, lavrado contra **PATRÍCIA TRISTÃO VIANA**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$323,28**, acrescido da multa de 100%, prevista no art. 42, inciso IV, alínea “b”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 11 de setembro de 2006.

CLARICE ANÍZIA MÁXIMO MOREIRA - PRESIDENTE

VALMIR NOGUEIRA DE OLIVEIRA - RELATOR

RUBENS MOUTINHO DOS SANTOS - JULGADOR